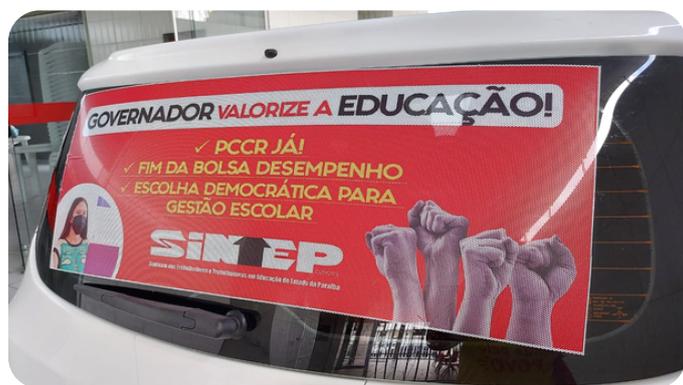


IMPLANTADO O PISO SALARIAL DE 33,24%

O reajuste do piso salarial de 33,24% foi implantado nos contracheques dos professores e professoras na folha de pagamento do mês de fevereiro. Vitória da luta da categoria através do SINTEP-PB. A SEECT informou que houve um erro pela Secretaria de Administração e garantiu que o pagamento do retroativo da diferença do mês de janeiro/2022, tendo como cálculo a diferença de 1,94%, será acrescentado no próximo salário.



SINTEP-PB NA LUTA COM DEMAIS ENTIDADES

O Sindicato com a CUT-PB e demais entidades da educação fizeram uma luta estadual pelo cumprimento da lei do piso. Foram centenas de adesivos, outdoor em todo o estado para fazer valer nossa valorização salarial. Os interessados em adquirir adesivos para carros deverão procurar suas Regionais.

PCCR PRONTO PARA SER ENVIADO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério da Paraíba encontra-se nos últimos ajustes e está dentro das projeções pela comissão responsável.

O documento será entregue ao Secretário de Educação, Cláudio Furtado, que levará até ao Governador. O SINTEP-PB ficará vigilante para o envio imediato da proposta ainda neste mês de março à Assembleia Legislativa. Os pontos que não foram consensuais na Comissão serão enviados para os devidos debates entre parlamentares, categoria e população em geral.

O Sindicato está confiante na aprovação do PCCR para todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação com valorização real da carreira, pois só com valorização da carreira para todos que trabalham na escola é que podemos falar em educação de qualidade. Leia nossas propostas para um PCCR que valorize os profissionais da Educação: <https://bit.ly/3HoiCCq>.

PELA OBRIGATORIEDADE DA VACINA PARA AS CRIANÇAS

Foi lançado, nesta semana pela CNTE, um manifesto em Defesa dos Direitos à Saúde e à Educação Pública, para cumprimento da obrigatoriedade da vacina a todas as crianças com mais de 05 anos de idade, como forma de se fazer cumprir o que estabelece o artigo 14 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), garantindo a ampliação da vacinação com a obrigatoriedade do Passaporte Vacinal para o retorno às aulas presenciais em todas as escolas do País.

O documento cobra para que os governantes ofereçam políticas de testagem em massa e rastreamento de casos na comunidade escolar, a fim de que seja controlado definitivamente essa pandemia! Queremos vacina para todas e todos! Pela vida, saúde e por uma educação pública que atenda plenamente ao todo povo brasileiro! Para ler na íntegra acesse: <https://www.cnte.org.br>

EXCLUSÃO DE DADOS DO CENSO ESCOLAR

Várias entidades brasileiras, entre elas científicas, redes de pesquisa e movimentos sociais da educação produziram uma nota de posicionamento público a cerca do descarte de microdados do Censo Escolar, feito pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) com base na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) que alega que os referidos microdados, mesmo sendo anonimizados, podem levar à identificação de alunos e professores.

Esse desmonte é considerado inadmissível pelas entidades da educação, porque impede a elaboração de políticas públicas que respondam às necessidades da população. Para elas, haverá também enormes prejuízos às pesquisas e às Ciências da Educação, impedindo o desenvolvimento científico, econômico e social. Esse movimento faz parte da Campanha Nacional pelo Direito à Educação que luta para que os órgãos de Estado de fato comprometidos com a transparência e os preceitos constitucionais tomem atitudes à altura e com urgência. Para ler o posicionamento completo, leia: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/74641>.

MANUAL CONTRA A CENSURA NAS ESCOLAS

Foi lançado uma nova versão do Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas por um grupo de mais de 80 entidades de educação e de direitos humanos no País. O documento foi elaborado em resposta ao apagão de dados educacionais pelo Inep e às intimidações, ameaças e notificações dirigidas a docentes e escolas. A publicação apresenta orientações jurídicas e estratégias político-pedagógicas

em defesa da liberdade de aprender e de ensinar, baseadas em normas nacionais e internacionais e na jurisprudência brasileira. No conteúdo, inclui também as decisões recentes do STF que reforçam a inconstitucionalidade de leis inspiradas no movimento Escola sem Partido e o dever do Estado em abordar gênero e sexualidade nas escolas. Para baixar o manual, acesse: www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/74645.



CONAPE 2022

Conferência Nacional Popular de Educação
Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire.

Dias: 15, 16 e 17 de Julho de 2022

Local: Centro de Convenções de Natal-RN

Matéria no site: www.sintep.pb.com.br

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E ACESSORIA DE IMPRENSA DO SINTEP-PB

Secretários: Sarturno Medeiros e Manoel Brasileiro

Jornalista: Antonia Sousa - DRT14789/92

Diagramação: Ana Holanda